



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM E FORMAÇÃO
DOCENTE - LINFOR

ÍTALO AMORIM DO ESPÍRITO SANTO

**EDUCAÇÃO POPULAR E LINGUAGEM: A PROMOÇÃO DOS DIREITOS
HUMANOS SOB A ÓTICA DA ASSERTIVIDADE**

Recife
2024

ÍTALO AMORIM DO ESPÍRITO SANTO

**EDUCAÇÃO POPULAR E LINGUAGEM: A PROMOÇÃO DOS DIREITOS
HUMANOS SOB A ÓTICA DA ASSERTIVIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Especialização
em Estudos da Linguagem e Formação
Docente da Universidade Federal de
Rural de Pernambuco, como requisito
para obtenção do título de Especialista em
Estudos da Linguagem e Formação
Docente.

Orientador (a): Dr. Adriano Carlos de
Moura

Recife

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Lorena Teles – CRB-4 1774

S237e Santo, Ítalo Amorim do Espírito.
Educação popular e linguagem: a promoção dos direitos humanos sob a ótica da assertividade / Ítalo Amorim do Espírito Santo. – Recife, 2025.
23 f.

Orientador(a): Adriano Carlos de Moura.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)
– Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e
Tecnologia - UAEADTEC, Especialização em Estudos
da Linguagem e Formação Docente, Recife, BR-PE,
2025.

Inclui referências.

1. Educação popular - Brasil. 2. Direito à
educação - Brasil. 3. Direitos fundamentais - Brasil .
4. Assertividade (Psicologia) I. Moura, Adriano
Carlos de, orient. II. Título

CDD 400

RESUMO

Desde a origem dos Direitos Humanos e sua ascensão mundial, vê-se constantemente a violação, a falta de prática e negação dos mesmos enquanto necessidade humana. Conflitos sociais podem ser evitados desde que seus envolvidos tenham um comportamento assertivo, ou seja, tenham a habilidade de fazer afirmação dos próprios direitos e anunciar pensamentos, emoções e fés de maneira direta, aberta, alinhada e ajustada ao contexto, de modo a não violar o direito das outras pessoas. Este trabalho acadêmico irá discutir de maneira clara e objetiva questões relacionadas à educação popular, práticas discursivas sociais e o desenvolvimento de um comportamento assertivo frente à promoção dos direitos humanos. Visto que a linguagem é o sistema primordial de comunicação e que apenas uma minoria domina sua forma culta, pelas mais diversas razões, tem-se a necessidade de um modelo de formação educacional voltada para a assertividade. A pesquisa irá teorizar, exemplificar e sugerir a assertividade como ferramenta de apoio à promoção dos direitos humanos.

Palavras-chave: Educação – Popular – Assertividade – Direitos – Humanos

ABSTRACT

Since its inception, human rights have been denied and violated, even though they are a fundamental human need. Social conflicts can be avoided if the individuals involved exhibit assertive behavior; in other words, if they are able to claim their own rights and express their thoughts, emotions, and beliefs, according to the context, in a way that does not infringe upon the rights of others. This article will discuss, in a clear and objective manner, issues related to popular education, social discursive practices, and the development of assertive behavior in the promotion of human rights. We know that language is the primary communication system, and only a few people master the standard practice. There is a need for an educational training model focused on assertiveness. The research will theorize, illustrate, and suggest assertiveness as a tool to support the promotion of human rights.

Keywords: Education - Popular - Assertiveness - Rights – Human

SUMÁRIO

1. Introdução	06
2. Educação popular no Brasil	07
3. Linguagem, comunicação e assertividade	08
3.1 Comunicação e direitos humanos	09
3.2 O que é assertividade?	11
3.3 O discurso e o comportamento assertivo	12
4. A promoção dos direitos humanos por meio da assertividade	16
4.1 Direitos humanos e educação para os direitos humanos	16
4.2 Assertividade a favor dos direitos humanos	18
4.3 Relato de experiência sobre o uso da assertividade	20
5. Conclusão	22
6. Referências	23

1 Introdução

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.”, dizia o educador, pedagogo e filósofo Paulo Freire. Esta frase contempla de maneira geral o raciocínio e as propostas que serão apresentadas neste artigo acadêmico, o qual irá focar-se na relação *educação – assertividade – direitos humanos*. Quando falamos em educação popular e linguagem, temos a segura observação de que nossas práticas e intencionalidades discursivas percorrem nossas experiências sociais, a interação entre nós mesmos e o coletivo, nossos limites, sonhos e conhecimento prévio e partilhado de mundo. Práticas, que se seguem desde nossa educação infantil às manifestações da idade adulta – sejam estas no âmbito pessoal ou profissional – e, intenções que vão desde o simples desejo de consumir algo, até a exigência do cumprimento de direitos básicos ao ser humano. A educação popular é recebida hoje como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares, isto é, é o ato de instruir e qualificar de modo científico e técnico, sob uma perspectiva mais humana e contextualizada. De acordo com Gonçalves e Silva (2005 p. 23)

A pedagogia precisa ser vista enquanto campo epistemológico discursivo, como prática de significação, eixo por onde cruzam e se entrecruzam diferentes teorias ou feixes teóricos e práticas discursivas e não discursivas. A pedagogia, neste sentido, é entendida como prática social, como um campo de discursos não inocentes. E como prática social deve ser analisada como local privilegiado de *conformação* de subjetividades, onde estão presentes processos e agenciamentos coletivos de produção/reprodução de disciplinamento, normas, privilegiamento de saberes, relações de poder, disposição dos corpos, resistências... Tramas complexas que se materializam através de práticas discursivas e não-discursivas.

Podemos inferir, então, que por meio dessa pedagogia significativa é possível elevar o desenvolvimento humano. Levando em consideração a educação popular e a linguagem, e combinando-as com a promoção dos direitos humanos, temos a assertividade com uma grande ferramenta nessa ação de promoção. Desde a origem dos direitos humanos e sua ascensão mundial, vê-se constantemente a violação, a falta de prática e negação dos mesmos enquanto necessidade humana. Diversos conflitos sociais dos menores aos mais altos níveis de intensidade podem ser evitados desde que seus

envolvidos tenham um comportamento assertivo, ou seja, tenham a habilidade de fazer afirmação dos próprios direitos e anunciar pensamentos, emoções e fés de maneira direta, aberta, alinhada e ajustada ao contexto, de modo a não violar o direito das outras pessoas. Visto que a linguagem é o sistema primordial de comunicação e que comparando-a com a grande massa social, apenas uma minoria domina suas formas culta – padrão – formal pelas mais diversas razões, vê-se a necessidade de um modelo de formação educacional voltada para a assertividade, utilizando-a como uma eficaz aliada no progresso prático dos direitos humanos. Reunir educação popular, assertividade e direitos humanos vai além das expectativas teóricas quando se pensa em formação humana, pois ao partir para a prática têm-se um leque de ganhos, vantagens e argumentos frente à condição, à dignidade e ao desenvolvimento humano.

2. Educação popular no Brasil

Entender ou conceituar educação popular exige de nós a compreensão de que a mesma é, além de pedagogia, um estímulo, um movimento, um pacto, para que o desenvolvimento humano ocorra de maneira coletiva, mas atendendo à realidade de cada sujeito, fazendo com que ele se sinta integrado à grande obra e use de seu contexto social como base para a aquisição de conhecimentos diversos. Jamais podemos considerá-la como uma educação informal ou um ensino frouxo, pois ela faz-se por meio dos saberes da comunidade e pelo incentivo ao diálogo. Paulo Freire (1953, p. 33) pontua que “A educação popular é uma mobilização, que se torna organização popular para exercício do poder que vai se conquistando, e também como organização do saber, ela tem graus diferentes e formas diferentes”.

Ao se falar neste processo de didática popular, vemos que ele se aplica aos mais diversos contextos, que geralmente são em institutos socioeducativos, em aldeias indígenas, áreas rurais e na educação de jovens e adultos. A educação popular, a princípio, era compreendida como uma modalidade, um complemento dos ofícios que a escola oferecia para as pessoas que não possuíam acesso a uma educação de qualidade, não sendo considerada então, como currículos escolares efetivos. Posteriormente por razões políticas e comerciais ela foi assimilada como um conjunto de lutas e como eficaz na educação de trabalhadores. Vejamos o quadro abaixo para que possamos ter uma visão, ainda que singela, num aspecto político-histórico.

Tabela 1 – Aspectos Político-históricos da Educação Popular

Meados de 30	Sistema público de educação elementar começa a ser criado no país; Êxodo rural e processo de industrialização em centros urbanos; Governo federal criava diretrizes educacionais para todo o país.	Anos 40	Fim da ditadura Vargas; Lançada a Campanha de Educação de Adultos.
Anos 60	Governo de JK e João Goulart; Criado o Movimento de Educação de Base (MEB); Havia a necessidade de instruir as pessoas para se expandir o capital.	1964	Golpe militar; Educação ficou limitada e apenas de caráter técnico.
1967	MOBRAL e campanhas de alfabetização lideradas pelas forças armadas.	Anos 90	Constituição de 1988 consolida a educação como direito de todos.
Anos 2000	Governo Lula; Implantação do Programa Brasil Alfabetizado (2003).	2010	Expansão de programas federais de acesso à educação (como o ProJovem e o Pronatec Integrado à EJA).
Até 2020	Crise política e cortes de verbas impactam negativamente programas de educação popular; Recoo nas políticas públicas voltadas à EJA; Resistência de educadores e movimentos sociais mantém viva a proposta da educação libertadora.	Pós-2020	Pandemia de Covid-19 agrava as desigualdades e dificulta o acesso à educação popular; Movimentos sociais ampliam ações comunitárias; Retomada de políticas de alfabetização a partir de 2023 e revalorização do legado de Paulo Freire como símbolo da educação democrática e crítica.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024)

A educação popular faz do sujeito um protagonista de suas transformações. Ela é baseada em processos contínuos de formação, que motivam, alimentam, ensinam e enraízam conhecimentos essenciais à vida. Conta com lideranças de movimentos, educadores, redes e organizações populares que visam à assistência social, as políticas públicas e estratégias de ações para o crescimento humano. Em tempos de formação e mediação para a cultura de paz, a educação popular atua como líder nos que diz respeito à educação e promoção em direitos humanos.

3. Linguagem, comunicação e assertividade

Há quem diga que comunicar-se é uma arte e na verdade, é. Nos tempos modernos em que vivemos, em que a tecnologia evolui a cada dia e as manifestações linguísticas transcendem barreiras, expressar-se de maneira objetiva e clara é fundamental. Trazemos aqui a ideia de comunicação assertiva, porém, nos convém entender primeiramente o que é assertividade. Vera Martins (2005, p.21-22) aponta que “o termo assertividade origina-se de asserção. Fazer asserções quer dizer afirmar, do latim *afirmare*, tornar firme, consolidar, confirmar e declarar com firmeza. Quando falamos da comunicação humana, assertividade significa muito mais do que isso: é uma filosofia de vida”.

É de extrema importância mantermos uma comunicação assertiva com as pessoas que estão ao nosso redor. Familiares, amigos, colegas de trabalhos, patrões, clientes etc. Todos devem interagir entre si de maneira eficaz, evitando assim possíveis conflitos, mal-entendidos e até mesmo tragédias. Uma pessoa de comportamento assertivo tem a competência em expor seus pensamentos e fazer valer o seu espaço sem precisar invadir o do outro, usando de uma comunicação não violenta e mantendo uma postura ética. Manter uma comunicação assertiva para com os outros é estar preparado para pular qualquer tipo de obstáculo, conseguir render em alguma tarefa mesmo que você esteja sobre pressão, ser otimista e ter um bom desempenho, alcançando sempre resultados significativos.

3.1 Comunicação e direitos humanos

Uma das formas mais amplas de expressão, de integração e de convívio entre as pessoas é a comunicação, que se intensifica e toma grandes proporções quando propagada pelos veículos de comunicação. A comunicação vem sendo estudada por diversos contextos desde a antiguidade, os filósofos já discursavam e persuadiam com tanta veemência que tinham seguidores, estudantes de várias classes sociais empenhados em se comunicar por meio da filosofia, aprender com seus mestres a arte de falar, e com isso comunicar por meio dos seus escritos e textos. O homem na pré-história já deixava suas marcas nas cavernas, paredes encostas e tantos outros lugares, pinturas rupestres, possivelmente uma forma de comunicação que vem bem antes da escrita. A comunicação já passou por diversos estágios como: sinais de tambor, de fumaças, pombo correios, telégrafo, cartas, rádio, telefone, televisão, computador dentre tantos outros meios.

Comunicação é a troca de informações entre pessoas. Significa tornar comum uma mensagem ou informação. Constitui um dos processos fundamentais da experiência humana e da organização social. A comunicação requer um código para formular uma mensagem e enviá-la na forma de sinal (como ondas sonoras, letras impressas, símbolos), por meio de um canal (ar, fios, papel) a um receptor da mensagem que a decodifica e interpreta seu significado. Na comunicação direta falada, ou seja, na conversação, a linguagem funciona como código e é reforçada por elementos de comunicação não verbal (como gestos, sinais, símbolos). A comunicação interpessoal também se pode dar a distância, por meio da escrita, do telefone ou da internet como meio de transmitir as mensagens. (CHIAVENATO 2003, p. 106).

Logo, comunicação humana está voltada para troca de informações que pode se dá por diversas maneiras. Ao refletirmos sobre comunicação numa esfera voltada para assertividade e os direitos humanos, temos a ideia de argumentar gerenciando a razão e a emoção. Quando nos relacionamos de maneira produtiva, temos de levar em consideração os sentimentos e as opiniões das pessoas ao nosso redor, sem perder o foco nos problemas, buscando sempre soluções comunicativas e não culpados.

A comunicação é um direito humano. Implica em liberdade de expressão, que deveria ser exercido pelo direito de toda pessoa se manifestar política, cultural ou artisticamente nos meios de comunicação. No campo dos direitos, a comunicação está ligada a noção do existir. Se a pessoa ou grupo social se comunica, faz-se visível, tornando públicas as suas necessidades e colaborando na garantia dos demais direitos. Quem não se comunica, não aparece, “não existe”, e não há direitos para quem “não existe”.

O direito à comunicação não se trata apenas do direito de ser “consumidor de informações”, mas sim, de se sentir representado pelos meios de comunicação. Numa realidade em que os meios de comunicação se encontram praticamente desregulados, como é o caso do Brasil, apenas quem tem poder (político, financeiro, social) acaba tendo acesso aos meios, controlados em sua maioria pela iniciativa privada.

O direito à comunicação se revela um importante elemento na construção de uma educação cidadã promotora de uma cultura de direitos humanos. A ausência de meios públicos, de leis que regulamentem, de uma mídia em consonância com os direitos

humanos e de uma educação midiática, contribuem para a manutenção de situações de monopólio, oligopólio, interesses de mercado e de não exercício do direito à comunicação. A sociedade civil se mostra como um agente essencial na mudança desse panorama graças à sua mobilização a favor da democratização da informação e do controle dos meios de comunicação no que diz respeito ao combate a reprodução de estereótipos, de preconceitos, de atitudes racistas, entre vários tipos de violações aos direitos humanos.

Basta disposição e um olhar atento para analisar as entrelinhas das informações para que a comunicação possa cumprir sua função de contribuir para a formação de uma cultura de direitos numa sociedade democrática.

3.2 O que é assertividade?

Assertividade em termos filosóficos é a manifestação de um comportamento afirmativo frente a algum problema individual ou coletivo. Esse agir afirmativo se faz por meio de um discurso direto, do uso de palavras contextualizadas, da firmeza da voz, do olhar humano e coletivo, do uso da ética e do comprometimento com a vida. Para Martins (2005), assertividade “é uma possibilidade dialética da comunicação ‘*eu ganho e você ganha*’, ou seja, uma comunicação criativa, transparente, por meio da qual as pessoas expressam suas necessidades, seus pensamentos e sentimentos de forma honesta e direta sem violar os mesmos direitos dos outros”. Quando falamos em comportamento assertivo devemos compreender que ele geralmente é ativo, não faz uso de meias palavras, nem dá espaços para más interpretações em nossos discursos. A pessoa assertiva é capaz de agir em favor de seus próprios interesses, afirmar-se sem medo, defender os seus valores e expor sinceridade sem sentir-se constrangida.

A palavra assertividade deriva de “asserto, asserção” que significa uma proposição decisiva. Uma pessoa que manifesta assertividade é autoconfiante e não tem dificuldades em expressar a sua opinião. Podemos também afirmar que assertividade é uma competência emocional que induz um sujeito a tomar uma posição clara, isto é, não fica “em cima do muro”, não permanece indeciso em dois lados. O indivíduo assertivo garante o *seu eu* e a sua autoestima, exhibe confiança, segurança e sabe quais são seus objetivos em determinados espaços ou situações específicas. Pensamentos positivos, firmes e a capacidade de fazer, de realizar, são características assertivas. É importante

lembrar que a assertividade não significa que um indivíduo está certo ou errado, mas que o mesmo anuncia e defende as suas ideias com vigor e respeito pelo ouvinte.

Notemos o quadro abaixo:

Tabela 2 – Escala de relações sociais



DEPENDÊNCIA	INDEPENDÊNCIA	INTERDEPENDÊNCIA	ASSERTIVIDADE
-------------	---------------	------------------	---------------

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024)

Ao analisar esse fácil esboço, podemos perceber que para alcançarmos a assertividade, temos de passar por uma escala de relações sociais que contemplam os aspectos da dependência, independência e interdependência. É certo afirmar que ao nascer vivemos dependentes de nossos pais, responsáveis ou terceiros. Dependemos dos outros, de instituições e de ferramentas para sobrevivermos, para adquirimos conhecimentos. Durante nosso crescimento circulamos pela escola, pela família e vamos construindo nossa personalidade e comportamentos na sociedade. A relação de independência é uma fase de transição para a maturidade. Citamos os adolescentes como exemplo. Muitos se sentem autossuficientes, e há os que nem obedecem aos seus educadores, ou até mesmo criam uma rebeldia para se definirem autônomos de suas vidas. Porém, ao chegarmos à juventude e vida adulta, podemos viver na interdependência, ou seja, somos capazes de balancear nossas atitudes e convivermos de forma compartilhada, onde todos doam, cedem, agem e percorrem as experiências e discursos da vida, sem se isolarem, nem ultrapassarem os limites, mas sim vivendo de forma equilibrada no âmbito social. É a partir deste equilíbrio que surge e praticamos a assertividade. Não se sabe dizer se as pessoas nascem assertivas, mas podemos tomar medidas, praticar atitudes e assumir posturas que nos tornem assertivos. Como se caracteriza o discurso assertivo? Como o comportamento assertivo se faz? Que benefícios a assertividade pode nos oferecer?

Estas são indagações que refletiremos a seguir e que nos nortearão à proposta de uma educação voltada à assertividade.

3.3 O discurso e comportamento assertivo

Como visto anteriormente, ser assertivo é ser interdependente. É manter relações maduras e produtivas para com os outros. É ser pontual, direito e eficaz ao se expressar e tomar decisões. Martins (2005 p.20) elenca algumas características do ser interdependente e nos diz que para ser assertivo devemos estar atentos e influenciarmos um ao outro de forma recíproca. Esses atributos são:

- Humildade para assumir que não sabe;
- Flexibilidade para doar seu poder de influência;
- Firmeza no posicionamento de suas ideias, sentimentos e desejos;
- Envolvimento e abertura para reconhecer a contribuição do outro;
- Não ser egoísta, pensando somente nas próprias necessidades;
- Não ser rígido na aceitação das ideias do outro;
- Não ser autoritário, impondo suas ideias, necessidades e desejos;
- Não manipular pessoas como meio para atingir objetivos.

Discurso e comportamento andam agregados um ao outro. Nosso comportamento é refletido por nosso discurso na medida em que expressamos nossos sentimentos, pensamentos e circulamos nos mais diversos âmbitos sociais. No convívio e interação dialógica é possível observamos três comportamentos que as pessoas mantêm: o não-assertivo, o agressivo e o assertivo. Observemos o seguinte quadro:

Tabela 3: Comportamentos Não-Assertivo, Agressivo e Assertivo

COMPORTAMENTO NÃO-ASSERTIVO	O emissor nega a si próprio; fica inibido e ansioso; não consegue expressar seus sentimentos ou afirmar seu discurso. Assume um papel de indivíduo passivo.
Características onde o indivíduo age de maneira não-assertiva: • Não pedir um favor do qual necessita; • Não manifestar sentimento de desacordo para algo que não concorda; • Fazer atividades que de não gosta apenas para agradar alguém ou porque lhe foi solicitado;	

• Não interagir em sociedade por achar que é inferior aos outros.	
COMPORTAMENTO AGRESSIVO	É aquele em que o sujeito expressa as suas necessidades ou predileções, emoções e escolhas, mas de maneira hostil, ameaçadora ou punitiva para com o interlocutor. A pessoa que age assim consegue defender seus direitos, mas só faz por meio da violação do direito do outro.
Características onde o indivíduo age de maneira agressiva: • Faz comentários que humilham, inibem o outro; • Não consideram o sentimento do outro, não atua com empatia; • É intolerante e impaciente com as necessidades de outra pessoa; • Sente-se superior aos outros.	
COMPORTAMENTO ASSERTIVO	É aquele em que o indivíduo se sente à vontade para expressar suas opiniões, desejos e anseios sem violar o direito do outro. Ele age de maneira direta, equilibrada e humana para atingir seus objetivos e defender seus direitos.
Características onde o indivíduo age de maneira assertiva: • Negocia seus direitos, respeitando os dos outros; • Comunica-se com eficiência e cuida da autoestima; • É atuante, incisivo e decidido; • É ético e honesto para com o outro.	

Fonte: Adaptado de Galassi (1977)

A assertividade não é uma característica congênita que se tem ou não. As experiências e aprendizagens que uma pessoa teve durante a vida é que irão conduzi-la para um comportamento assertivo no momento atual. Vamos analisar as situações comunicativas abaixo e apontá-las quanto à assertividade.

Exemplo 1 – Um vendedor se esforçou em mostrar suas mercadorias e tratou o cliente com muita simpatia e dedicação. Porém, o cliente não quer levar nenhum dos produtos que foi lhe apresentado. Como um freguês de comportamento assertivo reagiria?

- A) *Qual é o mais barato? Eu não sei se devo levar, mas vou comprar já que você me atendeu tão bem.*
- B) *Nenhum desses produtos me agradou. Não vou levar nenhum deles. Nem sei se têm qualidade.*
- C) *Bem, eu agradeço toda sua atenção, você foi muito simpático, mas não ficarei com nenhum dos produtos. Obrigado.*

É certo afirmar que o comportamento assertivo encontra-se na alternativa C. Na situação A, no momento em que o cliente não tem certeza se deve levar o produto e o compra para agradar o vendedor, vê-se que o mesmo assumiu um comportamento passivo, não-assertivo e fez uma escolha apenas para agradar alguém. Já na situação B, é visível a agressividade imposta no discurso do freguês. Ele diz de maneira áspera que não comprará o produto e ainda duvida desnecessariamente da qualidade da mercadoria. Já na situação C a afirmação honesta está explícita. O consumidor de maneira educada diz que não levará nenhum os itens, mas agradece por ter sido bem atendido.

Exemplo 2 – Você e seu cônjuge têm um compromisso à noite, que foi planejado há várias semanas. Hoje é o dia e vocês planejam sair imediatamente após o trabalho. Durante o dia, contudo, seu supervisor lhe informa que gostaria que você ficasse até mais tarde, fazendo um trabalho extra.

- A) *Você não diz nada sobre seus planos importantes e simplesmente concorda em ficar até terminar o trabalho.*
- B) *Com uma voz alterada e nervosa você diz: "Não, eu não ficarei após o expediente hoje!"*
- C) *Conversando com o supervisor em voz firme, porém agradável, você lhe conta seus planos importantes e diz que não poderá ficar à noite para fazer o trabalho extra.*

A postura da situação A é um exemplo vivo de negação de si e certa submissão. Às vezes por medo ou por não conseguir expressar seus sentimentos, a passividade age de forma severa em algumas pessoas. Na situação B a hostilidade no discurso prevalece

e adoece as relações pessoais. Já na condição C, a firmeza e polidez nas palavras faz o discurso fluir com assertividade e confiança.

Existem bases essenciais na busca da conduta assertiva. São atitudes que devemos tomar e praticar em nossas vidas. Aliada à prática, se faz necessária a reflexão sobre como agimos em sociedade. Esses embasamentos fundamentais são a autoestima, a determinação, a empatia, adaptabilidade, o autocontrole, tolerância às frustrações e a aplicação da sociabilidade. A assertividade é uma virtude pessoal que expõe maturidade e segurança.

4 A promoção dos direitos humanos por meio da assertividade

Temos aqui a ideia e objetivo central deste artigo: teorizar, exemplificar e sugerir a assertividade como ferramenta de apoio à promoção dos direitos humanos. A relação *educação popular – assertividade – direitos humanos* devem ser pensados como uma maneira de criar senso crítico, fortalecer laços, revitalizar valores e gerar relações maduras entre as pessoas, ainda que seja em longo prazo. Após associar as ideias e pesquisas de especialistas nos temas citados, fui levado a uma reflexão onde a educação para a assertividade se faz necessária na educação social, em espaços formais e não formais, escolares e não escolares.

4.1 Direitos humanos e educação para os direitos humanos

O conceito de direitos humanos refere-se a um conjunto de direitos internacionalmente reconhecidos, como os direitos civis, políticos, sociais, culturais, econômicos, ambientais, sejam eles individuais, coletivos, *transindividuais* ou difusos, que se aplicam à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana. No Brasil, os direitos humanos começaram a se desenvolver a partir do processo de redemocratização ocorrido nos anos de 1980, quando os movimentos sociais e setores da sociedade civil se organizaram politicamente. Havia uma oposição a um regime ditatorial (1964-1985), de caráter militar, que por meio de ações repressivas, ficou marcado como um dos períodos mais violadores dos direitos humanos. As organizações em defesa dos direitos humanos hoje se constituem de maneira ativa nas causas relevantes ao meio

ambiente, na luta pela moradia, pelos direitos de gênero, pela terra, pela reestruturação do sistema escolar, etc.

A demanda pela universalização do ensino básico e popularização do acesso a educação superior trouxe novos estímulos para o campo das políticas educacionais, a diversidade dos grupos e sujeitos excluídos do direito à educação fez com que o Brasil adotasse novas formas de organização educacional, de novos métodos de ensino, de atuação eficaz e a superação de modelos tradicionais no processo de ensino-aprendizagem. A educação em direitos humanos surge então como ferramenta significativa na materialização de conhecimentos e informações.

“A teoria sem a prática vira ‘verbalismo’ assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria têm-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade”, indaga Paulo Freire em seu livro: Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. A educação sem dúvida é uma das maiores ferramentas para a ascensão do ser humano e seu desenvolvimento social, pois declara-se como uma escada, composta por degraus que se iniciam na educação infantil e elevam-se para os ensinos fundamental, médio e superior. A subida desses degraus ao topo da escada dá-se de forma muito relativa, pois temos que levar em consideração em que âmbito nos encontramos, seja numa instituição pública ou privada, seja na educação não-formal, familiar, ou até mesmo que conhecimento de mundo, que valores empíricos os alunos e professores carregam em si e até que ponto tudo isso é compartilhado. Porém, quando se une a educação à reflexão e prática dos direitos humanos, temos uma formação ética, crítica e política, mais sólida e reforçada de valores frente ao convívio social, a interação e ao construir-se como homem.

O homem é um ser social, como já ensinava Aristóteles na Antiga Grécia. Por conseguinte, caso o homem viva isolado, significa dizer que ele não é ser humano no sentido pleno da palavra, uma vez que esse sentido leva em conta o caráter social como definição do próprio ser do homem e tal definição diz respeito ao seu desenvolvimento. Atrela-se a esse desenvolver-se humano, o conhecimento que "na ausência do outro, o homem não se constrói homem" (Vygotsky), ele se forma em contato com a sociedade, e:

Para Vygotsky, a formação se dá numa relação dialética entre o sujeito e a sociedade a seu redor, ou seja, o homem modifica o ambiente e o ambiente modifica o homem. Essa relação não é passível de muita generalização; o que interessa para a teoria de Vygotsky é a interação

que cada pessoa estabelece com determinado ambiente, a chamada experiência pessoalmente significativa. (Revista Nova Escola, 2008).

Educar para os Direitos Humanos é uma tarefa árdua, mas não é impossível de ser realizada. Formar alunos para uma cultura de paz é algo bastante relativo. Na rede pública, a abertura para o diálogo em direitos humanos acontece de forma bem mais clara, mais aceita e bem mais fundamentada, pois grande parte dos alunos faz parte das minorias sociais e conseguem compreender todo o processo, pois sentem na pele o que é ter um direito negado ou violado. Por outro lado, na rede particular, muitas vezes o professor tem de seguir a ideologia da escola, cumprir o programa impecavelmente e fica muito limitado a ter que seguir à risca as ideologias da escola, visto que uma grande parcela dos alunos tem uma vida mais estruturada socioeconomicamente falando, e faz com que o despertar para o Outro, a busca pelo universalismo de direitos e deveres, de igualdade social aconteça de forma mais lenta. Então questionamo-nos: onde o professor se insere nesse contexto? Qual o seu papel? Que abertura ele tem de aproveitar para educar o aluno em direitos humanos? Tudo depende de fatores históricos e de sua formação, do seu posicionamento perante a condição humana, e principalmente o ambiente em que se encontra.

4.2 Assertividade a favor dos direitos humanos

Sabemos que os processos formativos abrangem distintos tempos, experiências, lugares e atos em diversos âmbitos de socialização, como a família, escola, comunidade, grupos, entre outros. Esses sistemas formativos devem estar conectados ao reconhecimento da necessidade de respeito às diferenças, garantindo ações de inclusão, que sejam isentas de preconceitos, discriminações, violências, abusos ou quaisquer tipos de violação ao direito humano. A assertividade se apresenta como um mecanismo útil na promoção dos direitos humanos. Pessoas de comportamento assertivo tendem a defender seus direitos, evitar e mediar conflitos e por fim promover a cultura de paz.

Como dito anteriormente, o discurso assertivo quando bem intencionado, pode atingir os mais altos níveis de conquistas e ganhos, no que diz respeito ao progresso humano. Foucault (1970) diz que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar”. Daí vê-se a afirmativa, a noção de que a obtenção e uso do poder da

liderança, como consequência da autoridade conquistada por meio do relacionamento assertivo, que valorize as ações de preparar, motivar, saber incumbir sem perder o controle, ouvir as pessoas, fazer críticas construtivas, reconhecê-las por suas competências e tratá-las de forma equilibrada, faz o desenvolvimento humano acontecer com intensidade.

Como características da comunicação assertiva, Martins (2005 p.146), idealiza um quadro que envolva o emissor (eu-afirmação) e o receptor (eu-receptivo) e expõe também quatro estilos comunicacionais. Essas práticas sociáveis devem ser vivenciadas e ensinadas na educação básica, na educação popular, para que a sociedade aprenda a dialogar baseada no princípio da cooperação. Reparemos o quadro a seguir:

Tabela 4: Emissores Eu-Afirmação e Eu-Receptivo

Emissor EU-AFIRMAÇÃO	Emissor EU-RECEPTIVO
Dá informações: descrevendo a situação como vê.	Busca informações: solicitando, com polidez, que a outra pessoa descreva a situação como ela a percebe.
Expressa sentimentos: relatando como se sente em relação ao que está acontecendo.	Procura conhecer os sentimentos do outro: solicitando à outra pessoa que descreva como se sente em relação à situação. Você compreende sem necessariamente concordar com ela.
Busca mudança no outro: descrevendo o comportamento que gostaria de ver no outro.	Procura mudança em si próprio: concordando em modificar seu próprio comportamento, se for necessário.

Fonte: Adaptado de Martins (2005)

Ao ler este quadro, podemos perceber que existe a cooperação tanto de quem fala, quanto de quem houve. É uma relação madura que induz ao comportamento sadio e mútuo, onde ambas as partes saem ganhando. Pelizolli (2012) é feliz em concluir que:

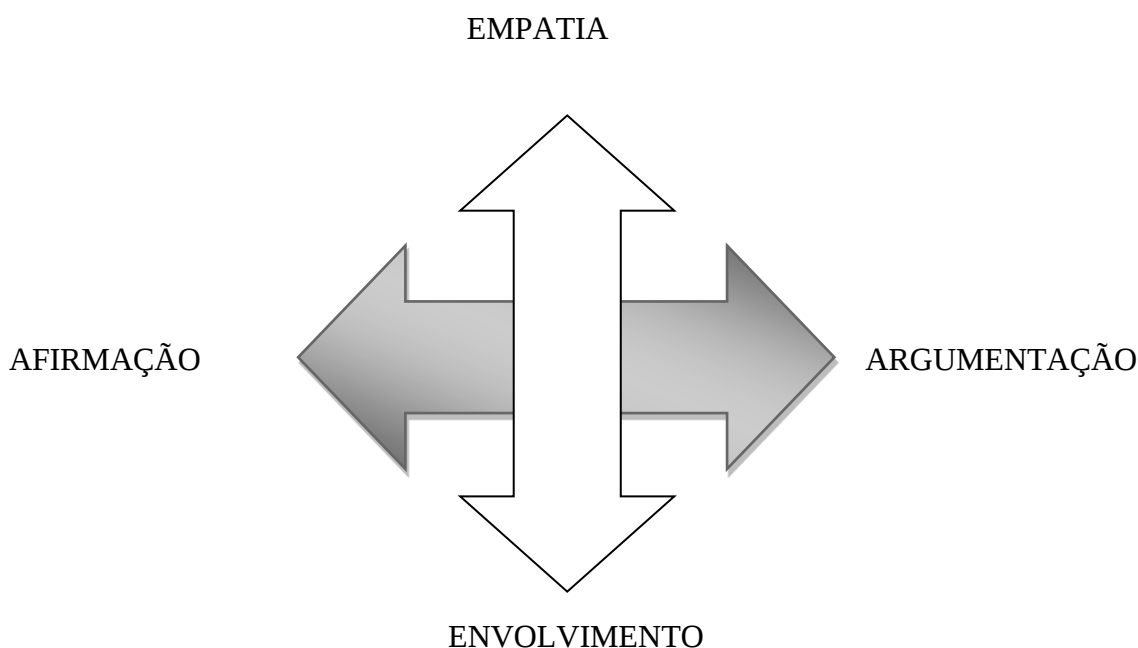
Em termos de fundamentos filosóficos e sociais, o Círculo de Diálogo, seja como encontro restaurativo ou fins próximos, responde a um modelo sistêmico, integrativo, nos moldes epistemológicos contemporâneos que apontam para a interdependência de fatores, o

inextrincável da relação sujeito-objeto, a visão de rede, e a dimensão da abertura de espaços de autogestão de conflitos.

Inferimos nessa citação que a relação sujeito-objeto, dimensionada pela abertura de espaços e gerenciamento dos conflitos tem caráter assertivo, devido ao círculo de diálogo (interação dialógica entre pessoas) ter uma linguagem completa, isto é, atende às necessidades de determinadas pessoas ou grupo.

A assertividade é um elemento essencial nas negociações. Suas asserções quando bem posicionadas e lançadas ao alvo de maneira alinhada e direta, faz com que você alcance os objetivos rapidamente. Líderes comunitários, gestores educacionais, mestres e pessoas que agem como guias, com o poder da liderança, devem estar ligados aos quatro estilos comunicacionais que devem ser usados rotativamente para atingirmos resultados assertivos. São quatro pilares fundamentais para o nosso desenvolvimento. Observe:

Imagem 1 – Pilares do Desenvolvimento (adaptado de Martins, 2005).



4.3 Relato de experiência sobre o uso da assertividade

Como explicado anteriormente, esta pesquisa tem caráter de sugestão, incitação ao uso da assertividade para a promoção dos direitos humanos. Porém, bem antes e no decorrer da produção do mesmo, pude usar de práticas assertivas em sala de aula e introduzi-las de maneira natural e indutiva na comunhão entre meus alunos. Ao ler sobre assertividade, resolvi refletir, como de costume, sobre minhas práticas pedagógicas, pois sou educador de adolescentes e adultos há 17 anos, tanto na rede privada de ensino quanto em rede pública. Nesse percurso, deparei-me com questionamentos acerca da minha formação docente e das estratégias que adoto no relacionamento com meus alunos, especialmente no que se refere à promoção de uma prática pedagógica pautada na assertividade, no diálogo e na construção de um convívio escolar pacífico. Por esse motivo, permito-me recorrer ao discurso em primeira pessoa, de forma breve, porém significativa, a fim de compartilhar reflexões que emergem da minha trajetória profissional e das vivências em sala de aula

Por ensinar línguas, a abertura para lerem-se diversos textos, ouvir e interpretar músicas e debater vídeos sempre ocorre com frequência em sala. Sempre sentados em círculos, durante as atividades todos os alunos tiveram a oportunidade de se expressar sobre determinado tema ou problema sugerido. Durante o ano de 2023, pudemos debater os princípios da Educação em Direitos Humanos, sempre respeitando a faixa etária e poder de argumentação de cada aluno. Conteúdos relacionados à dignidade humana, igualdade de direitos, sustentabilidade socioambiental, laicidade do Estado, reconhecimento e valorização da diversidade, entre outros, foram discutidos por meio de notícias, fatos e vídeos, e nessa troca de ideia, diálogos assertivos foram construídos. Você impor limites sadios e fazer seu aluno criar autonomia na maneira de se comunicar, desperta características assertivas que unidas ao convívio familiar e outras experiências de vida, irá fazer com que ele crie as relações maduras e necessárias ao convívio em sociedade.

A identidade de um professor e sua formação acadêmica são de extrema importância na vida escolar, pois são pontos de partida de como o docente vai lidar com seu corpo discente, e se o mesmo foi formado para uma visão de professor pesquisador, professor ator ou se circula pelas duas vertentes. Enquanto facilitador para construção da cultura de paz, vejo que a escola, em sua diversidade e em seu poder relativo, pode contribuir para os objetivos mais amplos de transformação social e uma de suas tarefas seria a de, justamente, desenvolver a compreensibilidade do aluno para que ele perceba que uma vida em que os direitos e deveres sejam cumpridos é o sonho de todos que lutam

pelo bem comum. Mas um sonho assim é mais simples de se realizar do que se imagina. O grande desafio é buscar os verdadeiros valores da vida, aqueles que equilibram a sociedade, criando-se então um ambiente agradável, saudável, onde todos sejam inclusos e vivam com dignidade. É uma responsabilidade do homem, enquanto ser pensante e compromissado, manter a responsabilidade de melhorar as condições de vida de todos. No final do ano, pude perceber um comportamento mais direito e saudável entre os estudantes. Vale ressaltar que essas práticas foram feitas em sala de aula com no máximo 20 alunos. Mas, isso não significa que não possam ser introduzidas em turmas com maior quantitativo de estudantes, embora seja mais trabalhoso e delicado.

5 Conclusão

“Em toda sociedade, a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída, através de certos procedimentos”, afirma Foucault (1970) em *A Ordem do Discurso*. Esta frase contempla de maneira eficaz esta conclusão sobre os temas apresentados. É possível controlar, selecionar, organizar e redistribuir nossas palavras? Com a assertividade é. Nossas afirmações quando construídas com honestidade, ética e sabedoria, nos elevam às dimensões mais sutis que podemos imaginar. O dom de usar as palavras e conquistar o que se deseja é uma das, se não, a maior façanha que o homem pode alcançar. Desde que ele não viole o direito do outro.

Educação popular, assertividade e direitos humanos devem estar interligados e interdependentes todo o tempo. A sugestão de se trabalhar a assertividade na educação básica, superior, EJA, campo, entre outras, fica explícita, declarada, cristalina aos olhos do bom cidadão. É um apoio à nossa língua, à nossa comunicação. É mais que um conceito ou mera ferramenta, é uma virtude. Percorrer de maneira objetiva a educação em direitos humanos e elencar métodos para o desenvolvimento humano é essencial, é pedagógico, é belo.

6 Referências

ANTUNES, Celso. Resiliência - A construção de uma nova pedagogia para uma escola pública de qualidade. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 8/2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

CHAVES, Ana Lúcia Galvão Leal. Resiliência e formação humana em professores: em busca da integralidade. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011. 315 p.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970 / Michel Foucault; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FREIRE, Paulo. NOGUEIRA, Adriano. Que fazer: teoria e prática em educação popular. 12ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 92 p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. 30ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 148 p.

GALASSI, M.D.; GALASSI, J.P. Assertividade: o que é, por que é útil e como se aprende? / Assert yourself, Human Sciences Press, 1977. Traduzido e adaptado por Catarina Dias e Guiomar Gabriel, GAPsi- Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://www.integra.pt/textos/020305.pdf>. Acesso em 29/08/2024.

GONÇALVES, Jadson Fernando Garcia; SILVA, Josenilda Maria Maués da. Práticas discursivas e produção de subjetividades: uma análise do discurso pedagógico de professores/as da disciplina didática e formação docente do curso de pedagogia da UFPA. Disponível em: https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/1692/1/Dissertacao_PraticasDiscursivasSubjetivacao.pdf. Acesso em 10/08/2024

JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric. Construindo a Democracia - Direitos Humanos Cidadania e Sociedade na América Latina. Editora: Edusp, 2007.

MARTINS, Vera. Seja assertivo! – como ser direto, objetivo e fazer o que tem de ser feito: como construir relacionamentos saudáveis usando a assertividade. 20ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 236 p.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1995.

PELIZZOLI, Marcelo L. (org.) Cultura de Paz – restauração e direitos. Recife: EDUFPE, 2010.

PELIZZOLI, Marcelo L. (org.) Diálogo, conflito e práticas restaurativas. EDUFPE, 2012.